

FERNANDA TARTUCE

PROCESSO CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA

Teoria e Prática

6^a revista,
edição atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 12.11.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A partir da 2ª edição, a obra *Processo Civil Aplicado ao Direito de Família* passou a se chamar *Processo Civil no Direito de Família – Teoria e Prática*.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T198p
Tartuce, Fernanda

Processo civil no direito de família: teoria e prática / Fernanda Tartuce. – 6. ed. – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2022.

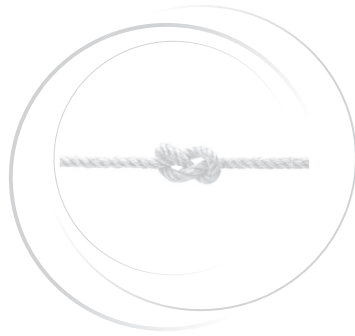
Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-596-4278-6

1. Direito de família. 2. Processo civil – Brasil. I. Título.

21-74404

CDU: 347.6(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135



SUMÁRIO

Abreviaturas e siglas usadas.....	XXIII
-----------------------------------	-------

PARTE I

PROCESSO CIVIL E CAUSAS FAMILIARES

1. Processo, Família e Estado	1
1.1. Advocacia e causas familiares.....	1
1.2. Processo civil: objeto e aplicação a diferentes perfis de conflitos	3
1.2.1. Objeto das normas processuais.....	3
1.2.2. Caráter transubstancial do processo	5
1.2.3. Tipicidade e flexibilidade no processo civil.....	8
1.3. O perfil dos conflitos familiares	12
1.3.1. Configuração peculiar.....	12
1.3.2. Controvérsia real x controvérsia apresentada a terceiros	15
1.4. Direito de Família e intervenção estatal.....	17
1.4.1. Ordem pública.....	17
1.4.2. Disponibilidade e indisponibilidade	21
1.4.3. Regramento do Código Civil sobre a interferência estatal.....	24
2. Via consensual como opção à resposta contenciosa	28
2.1. Possíveis vantagens da via consensual	31
2.2. Possíveis desvantagens da via consensual.....	34
3. Jurisdição nos conflitos familiares: peculiaridades	36
3.1. Ações de estado e ações de família	36
3.2. “Procedimento especial” no Código de Processo Civil de 2015.....	37
3.3. Outras disposições sobre família no CPC/2015	40

3.4.	Visão panorâmica: olhar diferenciado no processamento de demandas familiares em prol da efetividade?	42
3.4.1.	Competência.....	43
3.4.1.1.	Especialização de juízos e normatização pelos tribunais.....	43
3.4.1.2.	Distribuição de novos processos	45
3.4.1.3.	Escolha de foro	48
3.4.2.	Capacidade processual dos litigantes	52
3.4.3.	Legitimidade para agir	56
3.4.4.	Causa de pedir e limitações quanto a dados relevantes	61
3.4.5.	Pedido.....	65
3.4.6.	Citação.....	68
3.4.6.1	Informação sobre a demanda: análise do art. 695, § 1.º, do CPC	69
3.4.6.2.	Citação pessoal	70
3.4.6.3.	Comunicação processual por meio eletrônico (WhatsApp e <i>e-mail</i>)	72
3.4.7.	Resposta do demandado	78
3.4.7.1.	Tempo razoável para a audiência	78
3.4.7.2.	Alegações de suspeição e impedimento	82
3.4.7.3.	Contestação	85
3.4.8.	Mediação e conciliação	92
3.4.8.1.	Direitos em disputa	92
3.4.8.2.	Limites à luz das “fases da perda”	95
3.4.8.3.	Mediação extrajudicial.....	97
3.4.8.4.	Estímulo por magistrados	100
3.4.8.5.	Possível dispensa da sessão consensual.....	105
3.4.9.	Audiências de instrução.....	111
3.4.10.	Prova: dificuldades e possibilidades peculiares	113
3.4.10.1.	Ônus de provar e distribuição dinâmica do encargo.....	114
3.4.10.2.	Provas ilícitas em demandas familiares.....	119
3.4.10.3.	Questões polêmicas.....	122
3.4.10.4.	Ata notarial.....	130
3.4.10.5.	Prova por meio de estudos e exames	133
3.4.10.5.1.	Abordagem da psicologia.....	133
3.4.10.5.2.	A relação entre juízes, peritos e assistentes técnicos.....	135
3.4.10.5.3.	Estudo psicossocial	139
3.4.10.6.	Prova oral	143

3.5.	Participação do Ministério Público	146
3.6.	Segredo de justiça	152
4.	O tempo e a demanda familiar	154
4.1.	Tutelas provisórias de urgência	157
4.1.1.	Espectro de possibilidades no sistema processual: do CPC/1973 ao CPC/2015	157
4.1.2.	Diferença e fungibilidade.....	160
4.1.3.	Falta de propositura da demanda principal: extinção ou conservação da cautelar?.....	161
4.1.4.	Sequestro, arrolamento e bloqueio de bens.....	163
4.1.5.	Periculum in mora inverso/reverso: destaque no contexto pandêmico (covid-19)	166
5.	Recursos: ponderações especiais	169
5.1.	A pertinência do agravo de instrumento em demandas familiares	170
5.2.	Apelação.....	175
5.2.1.	Cabimento	175
5.2.2.	Efeitos da apelação.....	177
5.2.3.	Novas alegações.....	180
5.3.	Recurso especial.....	182
5.4.	Recurso extraordinário	186
5.4.1.	Visão geral	186
5.4.2.	Casos apreciados pelo STF	189
5.5.	Julgamento de recursos em bloco	194
6.	Execução e cumprimento de sentença	196
6.1.	Acordo e título executivo	197
6.2.	Aplicação de medidas diferenciadas para a efetivação de ordens judi- ciais.....	203
7.	Precedentes e litígios familiares	206
7.1.	Relevância do tema.....	206
7.2.	Formação do precedente: importância das circunstâncias fáticas e ne- cessidade de boa fundamentação	208
7.3.	As circunstâncias fáticas e os precedentes em litígios familiares.....	210
7.4.	Distinção e modificação em conflitos familiares.....	216

PARTE II

DEMANDAS FAMILIARES EM ESPÉCIE

1.	Demandas familiares específicas: considerações iniciais	219
2.	Alimentos	220

2.1.	Ampla normatização.....	220
2.2.	Situação de urgência e medida liminar.....	226
2.3.	Alimentos gravídicos	230
2.3.1.	Legitimidade.....	231
2.3.2.	Indícios e carga dinâmica da prova	234
2.4.	Competência	237
2.5.	Legitimidade.....	240
2.5.1.	Parentes próximos.....	240
2.5.2.	Legitimidade e obrigação alimentar de avôs/avós.....	243
2.6.	Atuação do Ministério Público no polo ativo.....	252
2.7.	Capacidade processual.....	254
2.8.	Defesa	259
2.9.	Questões probatórias: binômio necessidade/capacidade.....	264
2.10.	Efeitos da sentença de alimentos.....	268
2.10.1.	Análise da Súmula n. 277 do STJ.....	268
2.10.2.	Decisões proferidas em demandas revisionais e exoneratórias.....	272
2.11.	Questões recursais.....	275
2.12.	Cumprimento de sentença.....	277
2.12.1.	Evolução e destaques sobre o rito	277
2.12.2.	Requerimento, cumulação, flexibilidade procedimental e peculiaridades do contexto pandêmico	282
2.12.3.	Reações do executado	292
2.12.4.	Prisão	305
2.12.5.	Protesto e cadastros de restrição ao crédito	312
2.12.6.	Abandono material.....	314
2.13.	Execução fundada em título executivo extrajudicial.....	316
2.13.1.	Escritura pública e obrigação alimentar	316
2.13.2.	Desconto em folha	320
3.	Dissolução do vínculo conjugal.....	329
3.1.	A polêmica sobre a extinção da separação.....	330
3.1.1.	Persistência da separação.....	330
3.1.2.	Supressão da separação.....	332
3.1.3.	Repercussões processuais dos posicionamentos.....	334
3.2.	Aspectos procedimentais do divórcio	336
3.2.1.	Competência.....	337
3.2.2.	Partes	339
3.2.3.	Atuação do MP.....	342
3.2.4.	Citação.....	344
3.2.5.	Revelia e julgamento antecipado	347

3.2.6.	Contestação	348
3.2.7.	Ampliação objetiva e reconvenção na ação de divórcio	349
3.2.8.	Elementos probatórios	357
3.2.9.	Decisão sobre o divórcio: natureza, efeitos e aspectos recursais	357
3.2.9.1.	Possibilidade de cisão da decisão e divórcio liminar.....	360
3.2.10.	Cumprimento de sentença.....	363
4.	Reconhecimento e dissolução de união estável.....	367
4.1.	Vias consensuais extrajudicial e judicial.....	368
4.2.	Competência	370
4.3.	Partes	373
4.3.1.	Legitimidade ativa	373
4.3.2.	Legitimidade passiva	377
4.4.	Intervenção do MP.....	378
4.5.	Causa de pedir.....	379
4.6.	Elementos probatórios.....	382
4.7.	Decisão e aspectos recursais	387
5.	Convivência familiar (“visita”)	387
5.1.	Panorama normativo	388
5.2.	Guarda e regime de relacionamento familiar	390
5.3.	Importância de regimes adequados.....	393
5.4.	A relevância do consenso.....	395
5.5.	Legitimidade.....	399
5.6.	Aspectos probatórios	403
5.6.1.	Visão geral.....	403
5.6.2.	Escuta de crianças e adolescentes	405
5.6.3.	Indícios de alienação parental e tutela provisória específica..	408
5.6.4.	Análise de decisões restritivas quanto à configuração de indícios de alienação parental.....	410
5.7.	Cumprimento do regime de visitas	418
5.7.1.	Visitas monitoradas	418
5.7.2.	Medidas coercitivas	424
5.7.2.1.	Busca e apreensão.....	425
5.7.2.2.	Multas	430
6.	Parentalidade	440
6.1.	O pai, o filho e o Poder Judiciário: imposição e consenso.....	440
6.2.	Modalidades de paternidade e reconhecimento em juízo	442

6.3. Demanda adequada: investigatória/negatória de paternidade ou anulatória de registro civil?	445
6.4. Reconhecimento voluntário e arrependimento	447
6.5. Ampliação do espectro probatório	450
6.6. Direito ao conhecimento da ascendência biológica e imprescritibilidade das ações de estado.....	453
6.7. Exame de DNA: efeitos da recusa	455
6.8. Coisa julgada e vínculo de filiação: hipótese de relativização?	459

PARTE III

CASOS, ENCAMINHAMENTOS E PETIÇÕES

1. Considerações iniciais	463
1.1. Visão geral.....	463
1.2. Indicação da opção por autocomposição na petição inicial	465
2. Alimentos	466
2.1. Fixação de alimentos.....	466
2.2. Oferta de alimentos	472
2.3. Revisão de pensão alimentícia.....	476
2.4. Exoneração de obrigação alimentar	479
2.5. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos sob pena de prisão	484
2.6. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos mediante desconto na folha de pagamento ...	486
2.7. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos – cumulação de requerimentos de pena de prisão e expropriação de bens.....	489
3. DIVÓRCIO	494
3.1. Divórcio litigioso	494
3.2. Divórcio consensual.....	499
4. DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL	501
4.1. Ação de reconhecimento e extinção de união estável	501
4.2. Dissolução consensual de união estável.....	505
5. CONVIVÊNCIA FAMILIAR	507
5.1. Regulamentação de convivência (“visita”)	507
5.2. Modificação de guarda	510
6. PATERNIDADE	513
6.1. Ação de investigação de paternidade	513
6.2. Ação negatória de paternidade.....	517
Bibliografia	523